



## **REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PANDEMIA DA COVID 19 EM MACEIÓ**

Claudenice Santos Verçosa Mata<sup>1</sup>

### **Resumo**

Objetiva-se com o presente estudo abordar a importância da educação especial inclusiva nas séries iniciais do ensino fundamental durante a pandemia do novo corona vírus em Maceió AL, relatamos também alguns acontecimentos vividos nesse período da pandemia e de que maneira o professor do atendimento educacional especializado conseguiu enfrentar esse período de absoluta preocupação com os estudantes, tendo que dar suas aulas via internet mesmo com todas as dificuldades enfrentadas para manter o vínculo com os estudantes durante a medida provisória que introduziu o teletrabalho para toda a rede municipal de Maceió. Com a alteração do início do ano letivo todo planejamento efetuado para iniciar as aulas foi alterado, a escola passou a ser a minha casa, é dela que até hoje eu faço interação com os estudantes. É uma realidade que não foi esperada por nós professores, mas que é o que temos a oferecer objetivando minimizar ainda mais os prejuízos ocasionados pela pandemia. A pesquisa aborda também o estudo bibliográfico e o estudo de caso como metodologia aplicada. O referencial teórico e a apresentação do estudo obtido, estão colocadas em 3 itens além do estudo de caso, da introdução, apresentação e considerações finais.

**Palavras – Chave:** Educação Especial e Inclusiva; Covid19; Estudo de Caso.

### **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa apresenta o resultado de um estudo bibliográfico e de caso que procurou basicamente informar ao leitor sobre as várias dificuldades enfrentadas com estudantes da sala de recurso multifuncionais durante a pandemia do COVID 19 no ano de 2020 e que sequencia no ano de 2021 na cidade de Maceió AL. Neste estudo, procuramos entender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da sala da educação especial especializada (AEE), dos professores e também dos familiares dos estudantes que acompanharam diariamente as aulas de seus filhos de forma remota, ofertada pela internet. Nesse estudo, buscamos também informar

---

<sup>1</sup> E-mail:claudenicemata@semmed.maceio.al.gov.br. Pedagogia- UFAL, Especializações: Inspeção Escolar, Neuropsicopedagogia e Educação Especial e Inclusiva. Mestre em Ciências da Educação, Assunção -PY.

sobre a legislação da educação inclusiva no Brasil e as demandas mais urgentes que essa modalidade de ensino nos orienta a seguir enquanto professor da sala de recursos multifuncionais e cidadãos dotados de direitos e deveres a cumprir perante a sociedade.

No decurso do texto vamos refletir sobre a chegada da pandemia e seus prejuízos para todos que pensavam ter planejado para o ano de 2020 um planejamento educacional especializado (PEI) baseado na BNCC Base Nacional Comum Curricular, a Proposta Pedagógica da Escola e outros documentos que dão um norte a lei que regulamenta a educação especial e inclusiva no Brasil.

Sabemos que esse período foi muito difícil devido a escola ter que se adaptar ao novo, sem que houvesse um plano para atender de imediato as expectativas dos alunos, dos professores e de todos que estavam envolvidos diretamente na escola. Essa dificuldade de articular ensino e pesquisa mediante as redes sociais, foi o que mais chamou atenção e continua muito presente nesse momento de pandemia. A história da pandemia do século XXI, irá ficar marcada por todos que estão presenciando esse momento como sendo raro e que jamais estávamos preparados para vivenciar tal situação. Assim esse trabalho vem abordar de forma clara e específica um pouco do problema vivido por todos nós durante a pandemia da covid,19.

No primeiro capítulo objetiva-se fazer um recorte de estudos com base na educação especial e inclusiva na legislação brasileira. Nesse capítulo, vamos entender um pouco sobre a história da educação inclusiva a luz da legislação brasileira.

Entendemos que para escrever sobre o tema em estudo, é preciso entender como se dão as relações entre escola, família e a comunidade no que diz respeito as pessoas com deficiência no País. Desse modo, o segundo capítulo traz para o leitor, a importância do currículo na educação especial inclusiva. Para complementar os estudos, apresentamos o terceiro capítulo onde trata sobre a Pandemia e seus prejuízos para alunos, professores e a comunidade escolar. Nele falaremos sobre a pedagogia que foi utilizada durante as aulas dos estudantes especiais durante o ano

de 2020, como se aplicou o currículo, e de qual era a impressão que se tinha da família em relação a aprendizagem escolar.

No quarto e último capítulo, é propriamente o estudo de caso, onde lançamos mãos do roteiro de aula 4 estudantes que são reais da escola, mas não serão identificados, para preservar a identidade dos mesmos e de seus familiares. O estudo de caso relata como era feita a interação nas aulas ofertadas com teletrabalho, e as orientações sugeridas para que todos os estudantes pudessem participar das aulas, mesmo a distância e com grande dificuldade, devido à falta de internet que era um dos maiores problemas enfrentados pelos estudantes durante a pandemia. A qualidade das aulas também foi alterada substancialmente no momento, era tudo novo tanto para estudantes quanto para alunos.

### **EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL**

A educação especial inclusiva atende aos estudantes com algum tipo de deficiência de ordem intelectual, física, motora ou sensorial, permitindo que estes obtenham interação por completo no espaço de ensino. Esse procedimento acontece na escola regular e especialmente no atendimento educacional especializado (AEE), que através da metodologia de trabalho utilizada na escola, realiza o processo de aprendizagem dos estudantes, alvo desse perfil de ensino. A educação por ser especial e inclusiva, precisa atender aos diversos projetos a que a regulam. Entre esses estudantes poderá haver algum que seja superdotado e que a escola precisa trabalhar esse estudante de modo a torná-lo igual aos demais enquanto pessoa e que o fato dele está além de sua idade cronológica não o faz superior aos seus colegas, e sim o torna mais capaz de ter aprendizagem significativa que poderá fazer com que esse estudante avance etapas de estudo. O fato da superdotação não exime de responsabilidade o respeito aos seus colegas e professores.

Segundo o artigo 58º da Lei de diretrizes e bases de educação nacional, 9.394.1996, a educação especial é modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para aqueles que são portadores de necessidades especiais. Pg 114 LDB. MEC.

Neste contexto, existe os estudantes atendidos nas clínicas que são e que possuem dependência total nas atividades de vida diária AVDs e precisam de

acompanhamento integral e existem também aqueles estudantes que precisam de supervisão, mas conseguem conviver com outros e por fim os estudantes que estão em sala de aula regulares e são detentores de habilidades e adaptações tanto social, como pessoal. Nesse esquema podemos identificar que na educação especial temos os dependentes treináveis e os educáveis. (MANTOAN,2016, apud Costa,2016) Para que hoje tenhamos uma legislação específica para os especiais, passamos ao longo de décadas buscando melhorias para esses estudantes, a começar pela Declaração Universal dos Direitos humanos, 1994. Em seguida tivemos aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEM 4.024) “A educação de excepcionais, deve no possível se enquadrar no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (LDB, 1961).

Em 1971, LDB nº 5.692 frisa que os deficientes físicos ou mentais que estiverem em atraso considerável em relação a idade, inclusive os superdotados, deverão receber tratamento especial. Esse atendimento especial, de que trata a LDB de 1971, na prática não conseguiu ser aplicada, faltou política pública que atendesse a esse público, deixando muitos brasileiros fora da escola.

Já a Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece em seu artigo 3º promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (inciso IV). Com o avanço da legislação e a cobrança dos movimentos sociais aos poucos fomos percebendo melhor aplicação dos recursos para essa modalidade de ensino.

Em 1990, surge o estatuto da criança e do adolescente, conhecido por ECA. É a lei nº 8.069, que garante o atendimento educacional especializado as crianças prioritariamente na rede regular de ensino. Tendo como prioridade as políticas públicas de prevenção e proteção para as famílias que têm crianças e adolescentes nessa condição. Assim, todos têm direito a se matricular em rede regular de ensino. Muitas famílias com poder acessível mais avantajado, colocaram seus filhos especiais em escolas privadas, por não acreditarem nas políticas públicas, embora nem todas as escolas da rede privada tinham condições e estavam aptas a atender esse público, o que gerou de certo modo inconformismo diante de tal situação. De um lado a obrigatoriedade do ensino, por outro lado as questões de ordem pedagógica e financeira que as escolas alegavam possuir ao matricular um aluno

sem ter condições de ofertar o ensino com qualidade. Os custos eram altos para manter os estudantes.

Assim, várias leis e portarias foram criadas, objetivando garantir aos especiais e seus familiares o acesso ao ensino na rede regular de ensino e tendo como prioridade a rede pública com qualidade e garantindo o que de fato o estudante precisava, que era o desenvolvimento global diante de suas necessidades.

Outro fato importante que consideramos, foi em 2002 a Lei 10.436 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a língua brasileira de sinais. Assim vários docentes foram em busca de aprender mais para poder trabalhar com seus alunos. As escolas da rede pública começaram a introduzir na sala de aula o intérprete de sinais, e a família foi orientada a aprender libras para se comunicar melhor com seus filhos. Portanto, a comunicação era mais por gestos e não por sinais, isso criou também um impacto na sociedade.

O sistema Braille, criado pela portaria 2.678 de 2002, também impulsionou o ensino brasileiro na aprendizagem dos cegos, pelo fato dessa implantação em nível nacional recomendar a compreensão da língua e grafia portuguesa para os estudantes que necessitam dessa metodologia.

Em 2005, por força do decreto 5.626 ocorreu a regulamentação das leis 10.048 de 2000 e a 10.098 também de 2000, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Brasil Acessível, pg .117). que altera a LDB, 9.394.96 e disposições.

Em 2007 surge, o plano de desenvolvimento da educação (PDE). Nele a infraestrutura da escola é abordada e a acessibilidade dos prédios de escola, junto a formação docente e as salas do AEE, sendo este em conformidade com o plano.

A resolução 4 da CNE- CEB de 2009, orienta o estabelecimento que oferece o AEE, a ser ofertado em horário contrário ao turno de aula regular e de preferência nas salas multifuncionais nas escolas regulares.

Entre vários decretos e resoluções, temos também o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi criado objetivando universalizar ao público de 4 a 17 anos, o atendimento escolar para todos os estudantes com deficiência física, transtornos

globais do desenvolvimento e altas habilidades incluindo os superdotados na rede regular de ensino. (pg119). Assim, foi estendido para todos os estudantes independente de classe social, educação para todos de forma universal. Após esse decreto, foi instituída lei brasileira da inclusão, da pessoa com deficiência, (estatuto da pessoa com deficiência), lei nº 13. 146 de 06 de julho de 2015. Em 29 de dezembro de 2015 a lei nº13. 234, e dispõe sobre identificação, cadastramento, e o atendimento na educação básica e na educação superior de alunos com altas habilidades ou superdotação

### **SALA DE AULA INCLUSIVA:**

O enfoque agora é explanar sobre os cuidados e profissionalismo do professor que atende na sala de AEE. Esse profissional necessita ter experiência e formação continuada para o atendimento ou pós-graduação na área.

Geralmente os municípios matriculam estes estudantes porque é garantia legal, embora muitas escolas ainda não possuam condições adequadas para o atendimento especial a esses alunos, e com isso gera alguma insatisfação tanto para com os pais, como para os professores da sala regular, que pretendem colocar para atendimento especializado, todo estudante que não permanece quieto assistindo aulas, enfim, aqueles que dão trabalho. Há também nas escolas dificuldade no atendimento educacional especializado porque nem todas as salas de atendimento, possuem recursos apropriados, falta também infraestrutura adequada para a acessibilidade. Algumas salas não estão nem próximas ao adequado. Falta mobília adequada, material didático e recursos de acessibilidade, entre outros. Muitos estudantes ainda não foram diagnosticados, e por estarem sem a classificação internacional de doenças, não podem permanecer nas salas multifuncionais, embora existam pedidos dos pais para que seu filho seja atendido. Portanto, o CID, é muito importante para que o professor especialista trace seu planejamento (PEI), planejamento educacional especializado e que por meio desses instrumentos e o (CID), podemos nortear o que o estudante vai aprender e qual a melhor maneira de trabalhar com esse estudante, identificando o real problema que esse estudante apresenta.

Temos na escola alunos que são dependentes nas atividades de vida diária (AVDs) e requerem acompanhamento de auxiliar de sala e que nem sempre o poder público realiza concurso para esse profissional atuar na escola, sendo necessário a família entrar com processo judicial para ter direito ao acompanhamento de seu filho. Existe também na escola alguns fatores intrigantes que é causado pelos pais em relação ao AEE. Família que afirma doença ao filho, pela criança não ter limites e ser portadora de hábitos familiares que vão de encontro as normas de convivência em sociedade em alguns aspectos. Desse modo, requer da escola sala de atendimento educacional especializado. Mas quando a criança é submetida à avaliação inicial, percebemos que essas crianças não são públicas do AEE. São alunos altamente inteligentes, mas que detém de falta de limites constantes, sendo necessário que os pais atentem na criação, qual modelo familiar essa criança está inserida, hábitos familiares que foram inseridas no ambiente onde a criança nasceu e está se criando sala de AEE. Sendo positivo, esse estudante terá seu PEI, elaborado, para ser inserido na sala multifuncional, e a família será orientada a procurar atendimento também fora da escola para que o aluno possa ser de fato considerado especial e passe a ter um CID, garantindo assim seu atendimento.

É sabido que muitos pais querem que seus filhos pertençam a sala de aula especial, mesmo sem ter diagnóstico que comprove alguma deficiência. Isso leva ao sistema público de ensino discussão que muitas vezes desgasta o profissional até que a família entenda que não podemos incluir em sala especial, estudante sem a demanda necessária para o AEE.

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS EM MACEIO-AL**

E de repente se instaura o caos na cidade, aliás no Brasil e em Alagoas não deixa de ser diferente. É a chegada do vírus mortal que ameaça a todos sem distinção de cor, raça, credo religioso, ou condição financeira. Agora nesse momento a escola se depara com o pior problema vivido no século XXI, e agora como proceder diante de tantas incertezas. Chegou o momento do isolamento social para toda a população e a escola, como um centro social de autocontrole na sociedade, tende a se encaixar em novo modelo de trabalho, modelo esse que não dar sustentação coerente as necessidades dos estudantes, dos professores e nem das famílias.

Fomos obrigados a nos retirar do convívio social temendo a contaminação do corona vírus, praga que está assolando o planeta nesse século. Inevitavelmente, a escola como instituição social passou a ser também vítima direta do caos da sociedade. Fomos obrigados a fechar as portas durante todo o ano de 2020, já que era início de ano letivo. Aquele planejamento realizado com os professores e a gestão escolar foi adiado, modificado e o momento foi de incertezas. Passamos a trabalhar remotamente, tendo como principal instrumento de trabalho o nosso computador, celular, tablet, ou quem sabe nenhum instrumento móvel que pudéssemos utilizar.

Sabemos que houve esforços dos nossos professores em manterem interação com os estudantes, mas nem sempre foi possível. Muitos estudantes se mudaram dos bairros que residiam por questões sociais existentes na cidade e outros não possuíam nenhum aparelho de celular conectado a internet para interagirem mediante o decreto de teletrabalho imposto pelos governantes no nosso estado.

Atualmente, estamos ainda vivendo um momento difícil, passamos por lockdown, muitas famílias perderam seus empregos, a renda familiar ficou exclusiva do auxílio emergencial, e o número de pessoas desassistidas cresceu, há grande defasagem cultural entre crianças da rede pública e as da rede privada. A escola pública do ensino fundamental em Maceió AL, perdeu muito durante esse período, apesar de tudo, graças ao empenho dos docentes, conseguimos elevar o índice do IDEB, no ano 2019, mesmo com tanta dificuldade de trabalho enfrentado por todos da educação. Em junho de 2020, tivemos um enorme número de casos positivos da COVID 19 onde 2.733 novos casos foram diagnosticados, de acordo com a publicação na 4ª semana Epidemiológica de 2021, de 24 a 30 de janeiro de 2021 a capital de alagoas, Maceió, registrou a segunda maior incidência de casos por 100 mil habitantes desde o começo da pandemia, 2449 novos casos e 34 mortes. Na comparação com a semana anterior, o aumento de casos foi de 68% e o número de óbitos subiu em 54%. A capital de alagoas, concentrou o maior número de óbitos e o número de casos suspeitos, continuou alto durante toda a semana, assim, o estado continua com um crescimento de transmissão considerável mesmo após o início da vacinação porque o (Rt), resultado de transmissão do vírus em pacientes positivos

em Alagoas permanece acima de 1, para cada 100 habitantes indicando assim um alto índice de transmissão. (UFAL,01,02,2021) as 15h 26 min.

Portanto, ainda estamos vivendo em Alagoas uma onda alta de manifestação da COVID 19, as escolas públicas permanecem fechadas, não temos previsão concreta de retorno as aulas públicas, nem presenciais nem híbridas. Temos um sistema caótico e uma população carente que talvez não consiga acompanhar o sistema de aulas on-line. Há no momento incerteza em relação ao recomeço. Nosso sistema público de ensino precisa repensar e recriar formas de minimizar a situação diante da pandemia. Nem todas as famílias possuem celular conectado à internet e esse é um fator que tem prejudicado bastante o ensino e a evolução da aprendizagem para esses estudantes que entre toda a categoria, pensamos que são os mais necessitados da rede pública por precisar de outras estratégias de ensino.

A legislação vigente, e a BNCC orienta como requisitos que escola não retire conteúdo, e sim que faça readaptação deles para que a pessoa com deficiências possa compreender o mundo em que vive e, no entanto, alguns estudantes, devidos as suas deficiências múltiplas não conseguem acompanhar o programa curricular proposto pela escola e que preceitua o Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino. Esses alunos deverão ser certificados com base na aprendizagem adquirida ao longo do tempo que passou na escola. Essa especificidade alcançada deverá ser acrescida ao histórico escolar, destacando as habilidades e competências adquiridas pelo estudante no decorrer de tempo anos que ele frequentou a escola.

O objetivo do currículo escolar do AEE é oferecer ao estudante matriculado na escola pleno acesso ao programa, em igualdade de condições com os demais estudantes, mesmo sabendo que estamos educando e cuidando de pessoas diferentes. Esse modelo de ensino garantido na legislação faz com que nós educadores passem a refletir tal situação diante do caos que nos apresenta nos tempos atuais. Nessa visão, o currículo do AEE consiste em atividades que ampliem as estruturas cognitivas facilitadoras da aprendizagem, envolvendo o estudante como ser completo e capaz de interagir mesmo diante das dificuldades apresentadas desde a sala regular, a sala multifuncional. Gardner.1995, p.22 “como um sistema computacional com base neural cada inteligência é ativada ou desenvolvida por certos tipos de informação internas ou externamente apresentadas”. Por exemplo

um dos núcleos da inteligência musical é a sensibilidade para determinar relações, ao passo que um dos núcleos da inteligência linguística é a sensibilidade dos aspectos fonológicos”.

Os estudantes de AEE, aprendem muito com base num currículo onde exista música, arte, material concreto e professores capacitados para atender suas necessidades. É sabido que alguns autistas não conseguem expressar as palavras corretamente, mas têm inteligência musical afinada muitos chegam a tocar violão, flauta, guitarra ou outros instrumentos musicais. Portanto, é importante que a escola elabore um projeto pedagógico emancipatório e que venha a atender às classes especiais de modo geral, independente da deficiência que esses estudantes venham a ter e respeitando as diferenças entre eles e a especificidades de cada um, inclusive seus limites.

Paulo Freire no seu último livro em vida: pedagogia da autonomia, frisa que os professores devem encarar a docência de modo humanizado, objetivando formar cidadãos conscientes e capazes de resolver problemas na sociedade, atuando com solidariedade em todos os momentos que se destinam a uma vida mais digna. (FREIRE, 1997).

Os estudantes da educação especial e inclusiva, vivem no Brasil com grande deficiência no ensino e aprendizagem mesmo tendo vários programas que destinam qualidade de educação para todos.

A interdisciplinaridade faz parte do currículo formal nas escolas regulares e de inclusão. Temos como base interdisciplinar os diversos temas de estudo, a variedade pedagógica da BNCC por região o que facilita ao currículo escolar, nascer com a cara da escola e de sua clientela. As disciplinas não são independentes entre si e as parcerias utilizadas dos vários ramos das ciências fazem com que elas se complementem e obtenham bons resultados, desde que aplicadas e revisadas com base no conhecimento científico, o que exige do professor formação contínua e permanente para atender a essa realidade.

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) é um dos melhores recursos pedagógicos que podemos utilizar na no currículo de forma a torná-lo cada vez mais próximo do estudante. Por ser um documento recente para o Brasil, ele

pode minimizar a exclusão de crianças com deficiências. É por meio dele que se faz um estudo individualizado de cada aluno, estudos das reais necessidades e assim ser elaborada uma aula que eram elaborados sem observação do aluno como ser único e especial, mediante suas especificidades. Isso implica numa mudança estrutural dentro da escola, e exige que todos envolvidos, desde a gestão escolar até o porteiro conheça os estudantes e o tratem como seres que merecem respeito e que precisam de ajuda para realizar suas tarefas que podem ser das mais simples as mais complexas.

### **ESTUDO DE CASO: 1**

Relato:

O estudante A. P.M de 8 anos, é inteligente, ler escreve, sabe contar, reconhece cores, numerais, mas só interage com outras crianças de sua idade ou menor. Após entrevista realizada com a família, a escola foi informada que o estudante se comunica bem apenas em casa e que só passou a não falar fora de casa após os 3 anos de idade, quando sua genitora precisou trabalhar fora e deixava-o com sua avó materna. Mãe informa que percebeu que seu filho estava cada dia mais calado e que sempre sentia medo da avó materna quando a via por perto, e os anos foram passando, e ele foi se calando diante das pessoas que ele não conhece e até mesmo na escola com seus professores. Conversa com colegas de sala, quando não tem a professora por perto. O estudante não tem ainda CID específico, mas estava inserido na sala do atendimento educacional especializado para acompanhamento. Inicialmente ele foi atendido no AEE individual, mas não houve progresso diante das atividades e tentativa de diálogo com a professora, mesmo sendo percebido que em seus lábios havia uma grande vontade de falar, mas que o momento o deixava inseguro. O P.M.N. foi inserido no atendimento coletivo com mais 3 estudantes com idade aproximada a sua e observei que nos momentos que o aluno estava só com os colegas ele mencionava palavras e frases coerentes, mas quando percebia que a professora estava presente ele se calava por todo o tempo de atendimento. Quando era interrogado, respondia por meio de gestos que indicava com a cabeça sim ou não e as vezes com o indicador. Quando não era compreendido ele escrevia

em um papel o que desejava fazer, como resolver a questão e assim o estudante ia participando das atividades. Durante o período de 6 meses realizei atendimento a esse estudante, mas a evolução mental do índice de aprendizagem se deu continuamente, mesmo sem o aluno se expressar com a turma que participava do estudo.

Foi encaminhado para a família orientações que buscasse novo atendimento fora da escola, que o estudante necessitava naquele momento de fazer terapia psicológica e neurológica buscando fechar algum diagnóstico que ajudasse ao trabalho na escola. Ano letivo encerrou, o estudante mudou de escola, e não obtivemos mais informações sobre seu estado de saúde.

## **ESTUDO DE CASO 2**

Relato:

A estudante A.E. é portadora da síndrome de Down e frequenta a escola regular desde 6 anos de idade. Atualmente está com 9 anos e ao longo dos atendimentos a aluna tem se comportado no seu próprio mundo, por permanecer muito tempo dormindo ou quando acordada muito inquieta e com pouca ou quase nenhuma concentração. A sala do AEE não tem muitos recursos apropriados para o atendimento de pessoas especiais, assim a estudante passa maior tempo descolada brincando aleatoriamente ou sendo acompanhada por auxiliar de sala que recebe da professora titular tarefas apropriadas para a realização de algumas atividades.

No AEE, a mesma gosta de música, vídeos educativos e está sempre trocando o material pedagógico que está pronto para a atividade, gosta de fazer birra, deita-se no chão, rola, mas atende quando chamada atenção. No último ano, a estudante se manteve apenas na interação remota, o que distanciou demais o contato. A pandemia do novo Corona vírus em Maceió está já há mais de um ano afastando fisicamente os professores dos estudantes, o que dificulta bastante a qualidade da aprendizagem dessas crianças, em especial as que mais necessitam de interação e reconstrução de novo PEI para que possa se desenvolver.

Atualmente A.E, se encontra dormindo até muito tarde no horário da manhã e quando é o momento das aulas remotas, raramente consegue parar mais que 3 minutos na frente da tela. Considero um ano de perdas devido ao isolamento social que está acontecendo no momento.

### **ESTUDO DE CASO 3**

O estudante W. F.S. é um estudante que possui CID para síndrome de autismo leve, Asperger e no momento fora da escola se comporta como distante das atividades, por se recusar a interagir.

No ambiente doméstico, o estudante brinca de carrinhos, passa muito tempo vendo TV e está sempre observado pela família para não se ausentar de casa sozinho, faz tratamento em clínica especializada para transtornos do desenvolvimento, mas agora está sem acompanhamento devido a pandemia. A criança está com 13 anos e a comunicação social está sendo prejudicada desde a primeira infância pelo fato de ser filho único e estar sempre em mais contato com os pais. O déficit verbal e não verbal é predominante do CID e da idade. O interesse por tarefas que não lhe chamam atenção como as aulas remotas e as interações realizadas por meio remoto, deixa o estudante se sentir acanhado com a câmara do celular, permanecia sem querer olhar para mim, a mãe às vezes insistia para que ele falasse com a tia (eu) mas, raramente eu ouvia alguma palavra que saísse da boca dele, mas diante dos estímulos frequentes, houve uma manhã que o estudante falou para mim que estava fazendo tarefa no caderno, mas essa interação foi muito rara e importante para quem nunca se pronunciava diante do ensino remoto.

W.F.S. é um aluno que olha nos olhos e diante da complexidade do Espectro do Autismo, sabemos que existem vários graus, porém o aluno do estudo apresenta característica diferente de outros com o mesmo espectro do autismo. Apesar da interação que é percebida com o estudante, isso acontece de maneira esporádica, se levarmos em consideração outros estudantes com desenvolvimento típico

considerava que aquela criança tinha algum problema de aprendizagem, mas não sabia qual seria. Assim, ao chegar na escola, foi aconselhado a buscar

acompanhamento especializado fora da escola, para poder receber diagnóstico e ser inserido na sala do atendimento educacional especializado, AEE.

#### **ESTUDO DE CASO 4**

O estudante G.S é portador da síndrome de Down e possui 14 anos. Vive com a mãe, pai, e os irmãos mais velhos. Foi diagnosticado com a síndrome ao nascer e logo cedo passou a ser acompanhado pelos médicos e a fazer tratamento em clínica especializada. Durante todo o período de tratamento e de escola no atendimento educacional especializado, o aluno conseguiu se desenvolver. Atualmente veste-se e se alimenta sozinho é às vezes é agressivo, bate nos colegas no horário de intervalo. É cuidadoso com o material didático e costuma sempre se defender quando é interrogado sobre agressão aos outros colegas. É caçula de uma família com outros irmãos e a mãe informa que sempre fez o que queria por desconhecer como acompanhá-lo, só após as consultas médicas e as orientações da escola foi que a família começou se preocupar com maneira de educar a criança e a punir pelos atos errados para com os colegas e os familiares.

Atualmente o estudante está mais obediente, faz as tarefas que são enviadas com mais atenção e cobra sempre o retorno das aulas presenciais. Na última atividade, o estudante estava com a genitora interagiu bem com a atividade e ele gosta muito de ficar com o celular interagindo diante das tarefas propostas.

#### **CONCLUSÃO**

Este artigo teve como objetivo principal, dialogar com o leitor sobre educação especial e inclusiva no Brasil, especialmente em Maceió, AL e os impactos ocasionados pelo surgimento da Covid 19 na cidade alagoana.

Temos também como fundamento, compreender como se tem dado a relação entre a (AEE) no ensino fundamental de primeiro segmento durante a pandemia do novo corona vírus e quais implicações foram observadas durante este período de interação remota com os estudantes dessa modalidade de ensino em uma escola pública de Maceió. O público-alvo que está sendo relatado no artigo, são

peças que apresentam características especiais e que estiveram ao longo desse período impossibilitados de frequentarem a escola em tempo real.

O artigo também procurou buscar mais informações sobre a educação especial no Brasil e com esse estudo podemos entender que os retrocessos que vivem a classe de estudantes especiais no Brasil, não é algo novo tampouco oriundo apenas da pandemia, é sim fruto de muito descaso com os cidadãos das classes populares mais necessitadas e que precisam de políticas públicas bem elaboradas e aplicadas conforme preconiza a legislação.

Nele faço uma explanação sobre a importância de se valorizar essa modalidade de ensino, visto que, os estudantes especiais necessitam muito que todos os programas e projetos da área de inclusão sejam postos em prática, viabilizando desse modo, toda comunidade que precisa ser atendida na rede municipal em Maceió, AL. Isso requer compromisso e aplicação de mais recursos do poder público e aplicação real do que preconiza a legislação. Faz-se importante se ter novo olhar diante da educação especial, quanto a **formação** docente e as capacitações dos profissionais que já atendem a esses estudantes na rede pública.

É sabido que a legislação brasileira traz para a sociedade garantias que foram conquistadas pela sociedade com grande dificuldade e que ao longo de décadas se desejava alcançar. Apesar desse entendimento sabemos que não é fácil lidar no Brasil com todas as garantias das leis, até porque ainda temos uma grande quantidade de cidadãos que não procuram cobrar seus direitos, por desconhecê-los. Isso faz com que a educação especial e inclusiva não seja prioridade em algumas populações.

O estudo de caso foi feito com alguns estudantes que foram meus alunos nos anos de 2019 e 2020, sequenciando o ano letivo de 2021 e que não estão identificados por não ter sido solicitado autorização aos pais, mas confesso que não foi fácil o enfrentamento das famílias, diante da aceitação do diferente, o novo modelo de ensino criou impacto grande na sociedade. Ora por não haver tecnologias adequadas para acompanhar o processo, ora por não conseguir entender de programas da internet. Isso se aplica também aos professores, que fomos os mais instigados a recomeçar. Foi e está sendo um desafio constante.

As síndromes destacadas no estudo de caso são conhecidas da classe de profissionais da área e entre elas destacamos a síndrome de Down e o autismo, ambas eram as mais presentes na escola, além dos transtornos globais do desenvolvimento e sem registro de altas habilidades durante esse período.

Para chegar a uma conclusão do trabalho, inicialmente realizamos um estudo sobre o AEE a luz da legislação e fizemos um recorte das aulas nos anos iniciais em escola pública do município de Maceió, durante a pandemia do novo corona vírus, objetivando entender de que forma todos os envolvidos no AEE, estudantes, pais e a comunidade escolar estão enfrentando essa pandemia de forma on line, com aulas remotas e com um sistema deficitário de mídias onde nem todos os agentes desse processo estavam preparados para esse novo modelo de ensino, que foi e está sendo aplicado nas escolas de ensino fundamental, no decorrer do percurso.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS, **Secretaria executiva da Educação de Alagoas. Proposta Pedagógica para Educação Especial e Inclusiva.** Maceió: SEE, 2006.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa.** Brasília 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº9.394.1996. Brasília:MEC,1996.

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Formação docente para a Diversidade.** IESDE BRASIL, CURITIBA 2016.

**Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial.** Brasília: MEC: SEESP,2001.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa** 5 ED. São Paulo, 1996 (coleção leitura).

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas, a teoria na prática,** artes médicas. Porto Alegre, 1995.

HORT, Ana Paula Fischer, SANTIAGO, Juliana Alves. **Transtornos Globais do Desenvolvimento.** Programa de Pós-graduação EAD. 2016.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação:2010-2020**. Maceió.

**Plano Municipal de Educação: caderno de orientações**; Brasília: Secretaria de articulação com os sistemas de ensino,2015.